



R I C A R D O S I Q U E I R A
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA REGIONAL EMPRESARIAL E DE CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM DAS 4ª E 10ª REGIÕES ADMINISTRATIVAS JUDICIÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – COMARCA DE CAMPINAS.

INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS MOLIZ PALMEIRAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 03.552.541/0001-10, com sede social no Rio Mutum, margem esquerda, s/n, Bairro Zona Rural, Breves/PA, CEP 68.800-00, **VIVA GOURMET PALMEIRAL SERVICOS EIRELI.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 28.058.726/0001-02, com sede à TV. João Nepomuceno, número 06, CEP 68.445-000, Bairro Núcleo Urbano, município de Barbacena/PA e **MAURICIO QUAGLIATO**, empresário individual, inscrito no CNPJ sob o nº 01.853.982/0001-27, com sede à Rua José Annicchino Fu Paulo, nº 93, bairro Vila Fátima, em Capivari/SP, CEP 13360-000, vêm, conforme instrumento de mandato anexo, propor o presente pedido de

RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

conforme artigos 47 e seguintes da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 (com as alterações promovidas pela Lei n.º 14.112/2020), pelas razões de fato e de direito que ora passa a expor

RUA MARIA DA CONCEIÇÃO FRANCO DE ANDRADE, 480
CEP 13092-190 - CAMPINAS / SP
TEL +55-19-3308-0222
CONTATO@RSSA.COM.BR
WWW.RSSA.COM.BR

I – DO LITISCONSÓRCIO ATIVO / CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL (artigo 69-G da Lei 11.101/2005).

De forma incipiente, de rigor ressaltar que se trata de pedido de Recuperação Judicial em litisconsórcio ativo, com pedido de **consolidação substancial**, porquanto intentado por empresas interdependentes em sua cadeia econômica e com evidente centralidade em suas decisões.

Conquanto a Lei nº 11.101/2005 não tivesse, até sua recente reforma, expressa previsão acerca do litisconsórcio ativo, a jurisprudência, há muito, já contemplava tal possibilidade em decorrência da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, admitindo, assim o litisconsórcio ativo em recuperações judiciais, conforme transcrição:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DEZ EMPRESAS QUE INTEGRAM GRUPO ECONÔMICO DE FATO. LITISCONSÓRCIO ATIVO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EXPRESSA NA LEI Nº 11.101/2005. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC. AUSÊNCIA DE DOUTRINA SOBRE O ASSUNTO. ESCASSA JURISPRUDÊNCIA NACIONAL. ADMISSIBILIDADE, ENTRETANTO, PELO TRIBUNAL. TENDÊNCIA DE SEDIMENTAÇÃO DE POSICIONAMENTO. CABIMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LITISCONSÓRCIO ATIVO. GRUPO ECONÔMICO DE FATO. PRESUNÇÃO DE LIAME ENTRE AS EMPRESAS. IMPRESCINDÍVEL DEMONSTRAÇÃO DE INTERLIGAÇÃO SUBJETIVA E NEGOCIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DEMONSTRAÇÃO DE COMUNHÃO DE DIREITOS E DE OBRIGAÇÕES ENTRE AS RECUPERANDAS. COAGRAVADAS ESTABELECIDAS EM MESMO ENDEREÇO. COAGRAVADAS ESTRANGEIRAS CRIADAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO EXTERIOR. GARANTIAS CRUZADAS PRESTADAS ENTRE AS RECUPERANDAS. MANUTENÇÃO DO LITISCONSÓRCIO.



R I C A R D O S I Q U E I R A
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO LIAME COM AS DEMAIS EMPRESAS DO GRUPO. ÔNUS DO RECORRENTE. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LITISCONSÓRCIO ATIVO. SEPARAÇÃO DE MASSAS. INADMISSIBILIDADE. FORTE ENTRELAÇAMENTO NEGOCIAL ENTRE AS AGRAVADAS. DIFICULDADE DE SE IDENTIFICAR AS RESPONSABILIDADES INDIVIDUAIS. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INCORPORAÇÃO DA COAGRAVADA OAS INVESTIMENTOS S/A PELA COAGRAVADA OAS S/A. (...) CABERÁ AOS CREDITORES, COM VISTAS AOS INTERESSES DE TODA A COLETIVIDADE, DELIBERAR SOBRE O PROCESSO E O PLANO APRESENTADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Recuperação judicial. Litisconsórcio ativo. Dez empresas do mesmo grupo empresarial que integram o polo ativo do pedido. Omissão na Lei nº 11.101/2005. Previsão de aplicação subsidiária do CPC. Litisconsórcio ativo na recuperação judicial. Doutrina omissa. Jurisprudência nacional escassa. Admissibilidade, todavia, no Tribunal. Tendência de sedimentação da questão nas Câmaras Especializadas de Direito Empresarial do Tribunal. Recuperação judicial. Litisconsórcio ativo facultativo (art. 46, inc. I, do CPC). Comunhão de interesses e obrigações entre as agravadas. Reconhecimento no caso. Agravadas integram grupo econômico de fato. Setor da construção civil do grupo empresarial. A integração das empresas agravadas num mesmo grupo empresarial, de forte atuação na área de infraestrutura do país, certamente foi considerada como fator relevante pelos credores nos contratos por eles celebrados, inclusive naqueles envolvendo a concessão de créditos, como é o caso do recorrente. Empresas que têm a finalidade social em comum. Identidade de endereço. Negócios vinculados. Celebração de contratos com garantias cruzadas.

RUA MARIA DA CONCEIÇÃO FRANCO DE ANDRADE, 480
CEP 13092-190 - CAMPINAS / SP
TEL +55-19-3308-0222
CONTATO@RSSA.COM.BR
WWW.RSSA.COM.BR

Interligação subjetiva e negocial. Caracterização. Litisconsórcio ativo. Divisão de massas. Empresas entrelaçadas. [...]. (TJSP; Agravo de Instrumento 2094959-07.2015.8.26.0000; Relator (a): Carlos Alberto Garbi; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Central Cível - 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; Data do Julgamento: 05/10/2015; Data de Registro: 20/10/2015)

A Lei nº 14.112/2020, porém, incluiu novos artigos na Lei nº 11.101/2005 para descrever as hipóteses de litisconsórcio também para a Recuperação Judicial, qualificando-o como facultativo quando sob consolidação meramente processual, e necessário (sob consolidação substancial), atraindo, no último caso, a necessidade de reunião dos ativos e passivos das sociedades postulantes, conforme preceitua o seu artigo 69-J:

*Art. 69-J. O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, **autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses:***

I - existência de garantias cruzadas;

II - relação de controle ou de dependência;

III - identidade total ou parcial do quadro societário;

IV - atuação conjunta no mercado entre os postulantes.

Conforme se infere do artigo transcrito, a Lei tratou de forma minuciosa a possibilidade de consolidação substancial, reservando-a para àquelas sociedades que, em decorrência de fatores mercadológicos e/ou de gestão, passaram a atuar conjuntamente, como verdadeiro grupo econômico de fato.

Marcelo Barbosa Sacramone, professor emérito da PUC/SP e ex-juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo, leciona que fatores como a unidade de gestão, atuação conjunta em prol de um interesse comum do grupo em detrimento dos interesses de cada personalidade, administradores únicos para todas as sociedades, semelhança ou identidade entre os sócios, atuação num mesmo ramo de atividade, dentre outros fatores, **indicam a necessidade de consolidação substancial dos ativos e passivos da sociedade.** (Comentários à Lei de Recuperações de Empresas e Falência, 2ª. edição, Editora Saraiva).

Com efeito, ao se aplicar as premissas ao caso vertente, evidenciada a necessidade de aplicação do instituto da consolidação substancial, já que, os Requerentes atuam em interconexão, gerando decorrente confusão entre seus ativos e passivos.

A assertiva não é gratuita, pois os Requerentes atuam como verdadeiro grupo econômico de fato, com negócios conexos entre si, já que a pessoa física de MAURÍCIO, conforme veremos em tópico específico, possui a empresa individual Requerente que fornece os produtos para a empresa PALMEIRAL, e a empresa VIVA trata as questões relacionadas às contratações.

A cadeia pode ser ilustrada da seguinte forma: Maurício Quagliato (empresário individual) é o fornecedor, a Palmeiral (controlada por Maurício), é a

responsável pela comercialização dos produtos e a Viva, por sua vez, responde pela área administrativa e terceirizações.

Os Requerentes atuam conjuntamente em projetos industriais e comerciais, notadamente em razão de integrarem a mesma cadeia industrial e de serviços.

Logo, cumprem com os requisitos legais para configuração da consolidação substancial, previstos no *caput* do artigo 69-J, bem como de seu inciso IV, já que possui a interconexão (ensejadora de confusão) e b) atuação complementar e conjunta no mercado.

Conforme se observa, há evidente complementaridade nos objetos sociais dos Requerentes: o MAURÍCIO atua em comércio atacadista de produtos alimentícios, como fornecedor; a VIVA é o comércio varejista dos produtos em geral e presta serviços administrativos (contratações) para PALMEIRAL, que é a “matriz” responsável pela tomada de decisões, todas compartilhando, inclusive a mesma estrutura administrativa.

A inferência lógica do exposto é de que, apesar das empresas terem iniciado suas trajetórias de forma complementar e independente, criaram ao longo do tempo tendo uma interdependência comercial e contratual.

Logo, em virtude dos Requerentes serem integrantes da mesma cadeia econômica, os negócios obviamente são afetados uns pelos outros, motivo pelo qual, o pedido de Recuperação Judicial isolado seria inócuo, seja em virtude do perfil do passivo (interconexão contratual, credores comuns, etc.), seja porque as atividades empresariais são correlatas, mostrando-se de rigor o pedido em litisconsórcio ativo, com a chamada *consolidação substancial* das empresas agrupadas.

Oportuna, neste caso, a transcrição de casos semelhantes extraídos do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo:



R I C A R D O S I Q U E I R A
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

[...] **DEMONSTRAÇÃO DE INTERLIGAÇÃO SUBJETIVA E NEGOCIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DEMONSTRAÇÃO DE COMUNHÃO DE DIREITOS E DE OBRIGAÇÕES ENTRE AS RECUPERANDAS. COAGRAVADAS ESTABELECIDAS EM MESMO ENDEREÇO. COAGRAVADAS ESTRANGEIRAS CRIADAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO EXTERIOR. GARANTIAS CRUZADAS PRESTADAS ENTRE AS RECUPERANDAS. MANUTENÇÃO DO LITISCONSÓRCIO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO LIAME COM AS DEMAIS EMPRESAS DO GRUPO. ÔNUS DO RECORRENTE. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LITISCONSÓRCIO ATIVO. SEPARAÇÃO DE MASSAS. INADMISSIBILIDADE. FORTE ENTRELACAMENTO NEGOCIAL ENTRE AS AGRAVADAS. DIFICULDADE DE SE IDENTIFICAR AS RESPONSABILIDADES INDIVIDUAIS. (...).** *Recuperação judicial. Litisconsórcio ativo. Dez empresas do mesmo grupo empresarial que integram o polo ativo do pedido. Omissão na Lei nº 11.101/2005. Previsão de aplicação subsidiária do CPC. Litisconsórcio ativo na recuperação judicial. Doutrina omissa. Jurisprudência nacional escassa. (...) Litisconsórcio ativo facultativo (art. 46, inc. I, do CPC). Comunhão de interesses e obrigações entre as agravadas. Reconhecimento no caso. Agravadas integram grupo econômico de fato. Setor da construção civil do grupo empresarial. A integração das empresas agravadas num mesmo grupo empresarial, de forte atuação na área de infraestrutura do país, certamente foi considerada como fator relevante pelos credores nos contratos por eles celebrados, inclusive naqueles envolvendo a concessão de créditos, como é o caso do recorrente. Empresas que têm a finalidade social em comum. Identidade de endereço. Negócios vinculados. Celebração de contratos*

RUA MARIA DA CONCEIÇÃO FRANCO DE ANDRADE, 480
CEP 13092-190 - CAMPINAS / SP
TEL +55-19-3308-0222
CONTATO@RSSA.COM.BR
WWW.RSSA.COM.BR



R I C A R D O S I Q U E I R A
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

com garantias cruzadas. Interligação subjetiva e negocial. Caracterização. Litisconsórcio ativo. Divisão de massas. Empresas entrelaçadas. Massa única. Possibilidade. (...)” (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2094999-86.2015.8.26.0000, Rel. Des. Carlos Alberto Garbi, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. 31/8/2015)

*Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Decisão recorrida que estende a recuperação judicial a todos os produtores rurais (**peessoas naturais e jurídicas**) e **defer** a **consolidação substancial** – Inconformismo – Descabimento – Regularidade e necessidade da extensão dos efeitos da recuperação judicial a todos os produtores rurais, **considerada a dinâmica do grupo econômico e empresarial em questão** – **Consolidação substancial também necessária, já que presentes todos os requisitos** – Decisão mantida – Recurso desprovido e agravo interno prejudicado. (TJSP. Acórdão. Processo nº 2271038-93.2019.8.26.0000;. Relator (a): Maurício Pessoa; . Data do julgamento: 25/06/2020.)*

Assim, a “consolidação substancial”, mediante a apresentação de plano unitário, é medida justificável e recomendável, para o fim de garantia a utilidade própria recuperação judicial.

De rigor ressaltar que a consolidação substancial não traz consigo somente benefícios, já que, se por um lado a aprovação do plano pode beneficiar todas as sociedades empresárias integrantes do grupo, por outro, havendo a rejeição do plano, todas também estarão sujeitas à falência e consequências dela decorrentes.

RUA MARIA DA CONCEIÇÃO FRANCO DE ANDRADE, 480
CEP 13092-190 - CAMPINAS / SP
TEL +55-19-3308-0222
CONTATO@RSSA.COM.BR
WWW.RSSA.COM.BR

Ante o acima exposto, adequado o requerimento de RECUPERAÇÃO JUDICIAL em consolidação processual, promovendo a recuperação das empresas que integram o conglomerado, intimamente ligadas em seu passivo e estrutura organizacional.

II – DA COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE CAMPINAS.

O artigo 3º da Lei nº 11.101/2005 determina que *“é competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor”*, tendo sido adotado, pelo Superior Tribunal de Justiça, o **critério econômico**¹ para sua definição.

Logo, como preceitua DANIEL CARNIO COSTA, é pacífico o entendimento pelo qual *“o principal estabelecimento é aquele em que se encontra concentrado o maior volume de negócios da empresa [...] pois se presume que onde está a maior parte do patrimônio e o maior volume de relações comerciais”*.²

O professor MARCELO BARBOSA SACRAMONE defende o mesmo conceito, ao asseverar que deve prevalecer a competência do estabelecimento economicamente mais importante, ou seja, aquele que *“concentra a maior quantidade de contratações pelo empresário, sejam elas com os fornecedores, consumidores ou com os próprios empresários”*.

No caso em apreço, não há dúvidas de que o principal estabelecimento das Requerentes está localizado na comarca de Capivari-SP.

O empresário individual MAURÍCIO QUAGLIATO está localizado na Comarca de Capivari-SP, e as demais empresas, ainda que tenham matriz no Estado do Pará,

¹ CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO INTERNO. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 3º DA LEI N. 11.101/2005.

² Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. Curitiba: Ed. Juruá, 1ª edição, pág. 59.

possuem fatos e fundamentos que justificam a necessidade de trâmite da presente ação na presente Vara Especializada.

Isto porque, Capivari é a cidade que **(i)** está localizado o “centro decisório” das empresas VIVA e PALMEIRAL, tratando-se do local de onde emanam as ordens e comandos estratégico-operacionais; **(ii)** é a cidade em que estão situados os ativos mais relevantes das Requerentes, e, ainda, **(iii)** é a cidade em que residem e trabalham os atuais ocupantes dos cargos diretivos das Requerentes.

Além disso, insta salientar que o maior número de funcionários das Requerentes está concentrado no Estado de São Paulo, e o cliente de maior relevância das empresas, apesar de possuir contrato a nível nacional, por ora, está negociando apenas para o Estado de São Paulo.

Dessa forma, considerando que a competência atraída para Vara Especializada de Campinas/SP, haja vista Capivari não ter vara especializada empresarial, resta evidente a competência da presente Comarca.

Superadas quaisquer dúvidas acerca da competência, passam as Requerentes a discorrerem sobre o pedido.

III – DAS RAZÕES DE FATO E DIREITO PARA O PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

a) BREVE HISTÓRICO DOS REQUERENTES (ART. 51, II, “e”).

A história da Requerente PALMEIRAL, e, portanto, a história do empresário individual MAURÍCIO, teve início no ano de 1993, de forma simples, quando o sócio recolhia potes de vidros pela cidade, fazia a sua esterilização e ia até o “Vale do Ribeira”



para colher palmitos e envazar nos potes, vendendo o produto inicialmente na cidade de Capivari/SP.

Nos anos 2000 o negócio, que até então era simples, tomou proporção muito maior, e foi quando a Requerente PALMEIRAL abriu a sua primeira fábrica de palmito na cidade de Breves/PA, uma ilha no interior do Estado do Pará.

Os anos foram passando e a empresa vinha tomando forma.

Atualmente, a Requerente PALMEIRAL conta com 05 (cinco) fábricas, 1 (um) centro-decisório e 02 (duas) fazendas onde possuem o próprio plantio de palmito, sendo estes: 04 (quatro) fábricas no Estado do Pará, 01 (uma) fábrica no Estado de São Paulo, o centro-decisório em Capivari/SP, e uma fazenda também no Estado de São Paulo e a outra fazenda no Estado de Santa Catarina.

Insta salientar que a Requerente PALMEIRAL está comprometida com o meio ambiente por meio do uso de práticas de coleta sustentável.

A extração dos frutos e das palmeiras não causa impacto no ambiente, pois a sua manipulação é feita de forma sustentável para que sejam produzidos novos brotos à planta e um desempenho muito maior do que seria obtido sem esse tipo de manipulação.

Com esse processo, é estabelecida a total integração entre o ser humano e o meio ambiente, servindo como alimento e fonte de renda.

A PALMEIRAL se preocupa com a sua qualidade e com a qualidade do meio ambiente em que vive, por isso assume uma posição diferenciada em sua conquista de certificações.

Os palmitos são livres de química, isto é, são orgânicos e livres de agrotóxicos, mais saudáveis e mais nutritivos e, por consequência, afastando os danos à saúde de seus consumidores, como ilustra a imagem:



Ocorre que, a despeito do ciclo virtuoso e vivido na maior parte de seus mais de 30 (trinta) anos de existência, a sucessão de eventos negativos e imprevisíveis, associados à inexistência de recuperação dentro dos prazos esperados geraram desafios sem precedentes para a empresa.

Como incurso do exposto, a Requerente PALMEIRAL funciona como verdadeira indutora da cadeia econômica, o que evidencia sua relevante função social e a necessidade de proteção pelo sistema de insolvência instituído pela Lei nº 11.101/2005.

A VIVA GOURMET nasceu no ano de 2017, em uma intenção de auxiliar administrativamente nos negócios do empresário individual MAURÍCIO e da empresa



R I C A R D O S I Q U E I R A
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

PALMEIRAL, onde o próprio objeto descrito em seu contrato social demonstra que foi criada para auxiliar “empresas do mesmo grupo”, fazendo clara referência à PALMEIRAL:

SEGUNDA ALTERAÇÃO – OBJETO.

Altera-se o objeto social para: **Comercio varejista de produtos alimentícios em geral e a prestação de serviços administrativos para empresas do mesmo grupo.**

O Requerente MAURÍCIO QUAGLIATO é empresário individual com cadastro na Junta Comercial desde 1997, sendo titular de algumas fazendas produtoras do palmito orgânico comercializado pela VIVA e pela PALMEIRAL – o que, inclusive, justifica novamente a consolidação substancial e o litisconsórcio ativo.

O Sr. MAURÍCIO é vítima, assim, do fenômeno do superendividamento, bem-conceituado pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça Antônio Herman Benjamin em sua renomada obra³:

O superendividamento provoca diversos efeitos deletérios não apenas para o devedor e sua família, mas também para os credores e para a economia em geral. Do ponto de vista individual causa enorme dano psíquico, em razão do estresse causado pelo inadimplemento e ausência de condições de pagamento das dívidas, além de restrições na sua capacidade de adquirir os bens e serviços essenciais, em razão do comprometimento da renda e das restrições advindas de sua inscrição nos cadastros de proteção ao crédito, que lhe trazem, inclusive, a diminuição das chances de recolocação no

³Benjamin, Antônio Herman; Marques, Claudia Lima; Lima, Clarissa Costa de; Vial, Sophia Martini. Comentários à Lei 14.181/2021 : a atualização do CDC em matéria de superendividamento (p. 2). Edição do Kindle.

mercado de trabalho, caso esteja desempregado. Há danos sob o prisma econômico, na medida em que o inadimplemento afeta tanto os credores, pois não recebem o crédito, quanto os fornecedores de produtos e serviços em geral, na medida em que o superendividado deixa de ser um consumidor em potencial pela ausência de capacidade econômica. Assim, uma eficiente política pública de combate ao superendividamento necessariamente deve empregar medidas preventivas, repressivas e de tratamento.

Em resumo, os Requerentes sempre buscaram soluções para o seu endividamento nas próprias instituições, que, por sua vez, ofereciam novos empréstimos com juros mais altos para cobrir os anteriores e aumentaram ainda mais a dívida, gerando um ciclo vicioso e que, ao longo dos anos, se tornou de difícil pagamento.

Ocorre que, as medidas que têm adotado para enfrentamento individualizado das dívidas não têm sido suficientes para propiciar sua solução, sofrendo os Requerentes com diversas execuções de onde se originam atos de penhora e de expropriação de ativos essenciais ao desenvolvimento de suas atividades.

Com efeito, o próprio cumprimento de acordos individuais fica inviabilizado pela situação atual do endividamento, já que o produto destinado ao pagamento de determinada dívida negociada acaba sendo objeto de constrição por outra não negociada, mostrando-se o tratamento coletivo dos credores não apenas recomendável, mas indispensável para se construir uma solução definitiva e sustentável para pagamento das dívidas.

As causas concretas da crise vivenciada são delineadas no tópico seguinte e justificam a intensidade da medida que agora se socorrem.

IV – DAS CAUSAS CONCRETAS DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL E AS RAZÕES DA CRISE (Art. 51, I, LRE).

Conforme alhures exposto, os Requerentes são atuantes no ramo do palmito, sendo o empresário individual fornecedor, a comercializadora e a administradora, puramente falando.

Ocorre que, no ano de 2022 os Requerentes tomaram conhecimento de que houve uma perda gigantesca em uma produção que havia sido realizada no ano de 2021.

Os Requerentes sempre trabalharam com estoque alto, e uma produção elevada que foi realizada no ano de 2021 foi aparecer no ano de 2022 com inúmeros defeitos, ocasionando na perda integral do que havia sido produzido.

Essa perda ocasionou na troca de toda a mercadoria que já havia sido entregue aos clientes, com todos os custos sendo arcados exclusivamente pela Requerente: transporte/frete; nova entrega; novos vidros de palmito etc.

Foram contabilizados em média de 17.000 (dezessete mil) caixas de palmito afetadas, ou seja, dezessete mil caixas perdidas e trocadas, com custos de transporte e nova produção arcados exclusivamente pelos Requerentes.

Desta feita, a brusca perda de mercadoria ocorrida no ano de 2022 ocasionou em um elevado endividamento bancário pelos Requerentes, pois com o prejuízo vivenciado, foi necessário assumir alguns empréstimos das instituições financeiras, os quais não consegue mais honrar.

Os Requerentes entraram em um *looping* de dívidas bancárias após a perda gigantesca da mercadoria.

Considerando o desastroso endividamento bancário, somado aos piores momentos da pandemia do COVID-19, os Requerentes enfrentaram e enfrentam

inúmeras dificuldades, sendo certa a necessidade de uma reorganização financeira por meio da presente medida cautelar e pedido de mediação pré processual.

Recentemente a empresa PALMEIRAL fechou contrato com o Carrefour (marca-própria) para abastecimento a nível nacional, além de ter fechado contrato com a empresa “*All Brazilian Imp Expo In*” (marca-própria) situada na Florida, aumentando a exportação para os Estados Unidos.

Ou seja, apesar do endividamento bancário ser elevado, os Requerentes contam com um horizonte promissor, pois estão negociando e fechando contratos com grandes *players*, tanto no mercado brasileiro, quanto no mercado internacional.

A expectativa dos Requerentes é de transacionar e resolver toda a dívida existente para possibilitar se reerguer e aumentar ainda mais a exportação e os negócios firmados a nível internacional com empresas situadas nos Estados Unidos.

Assim, a despeito de seus esforços, a manutenção do cenário adverso recomenda uma solução coletiva e sustentável, que só pode ser alcançada no momento por meio do presente pedido de tutela de urgência.

V – DA ADEQUADA INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Superada a exposição das causas concretas de sua crise econômico-financeira, consoante estabelecido no inciso I do art. 51 da Lei 11.101/2005, os Requerentes demonstram a seguir o atendimento dos demais pressupostos e requisitos legais para o requerimento desta Recuperação Judicial.

Nos termos do caput e dos incisos do art. 48 da Lei 11.101/2005, os Requerentes requerem a juntada de documentos que comprovam que:

i) exercem regularmente suas atividades empresariais há mais de 2 (dois) anos, conforme estatuto social e contratos sociais e certidões da Junta Comercial;

ii) não foram falidas e nem obtiveram a concessão de recuperação judicial há menos de 5 (cinco) anos, conforme certidões de distribuição falimentar;

iii) nunca foram condenadas ou tiveram, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na Lei 11.101/2005, conforme certidões de distribuição criminal.

Já nos termos dos incisos II a XI do art. 51 da Lei 11.101/2005 (o inciso I foi cumprido com a informação acerca das causas da crise), os Requerentes pleiteiam a juntada dos seguintes documentos:

Inciso II – demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir este Pedido de Recuperação Judicial;

Inciso III – relação nominal dos credores das Requerentes;

Inciso IV – relação dos empregados das Requerentes;

Inciso V – certidão de regularidade das Requerentes na Junta Comercial do Estado de São Paulo, a última alteração e consolidação de seus contratos sociais

Inciso VII – extratos atualizados de suas contas bancárias, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;

Inciso VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca de suas sedes;

Inciso IX – relação subscrita de todas as ações judiciais em que as Requerentes atualmente figuram como parte.

X - o relatório detalhado do passivo fiscal;

XI - a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 desta Lei.

À vista do demonstrado neste capítulo e no anterior, os Requerentes comprovam o atendimento aos requisitos documentais dos artigos 48 e 51 da Lei 11.101/2005 e o preenchimento dos requisitos específicos da petição inicial da recuperação judicial a ensejar o deferimento de seu processamento, o que fica desde já consignado e requerido.

Informam, outrossim, que o plano de recuperação judicial contendo discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados e seu resumo, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro e de avaliação de seus bens e ativos, será apresentado nestes autos no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos dos artigos 50, 53 e 54 da Lei 11.101/2005 e do art. 219 do CPC.

VI – DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO – SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES EM FACE DAS EMPRESAS E DO SÓCIO SOLIDÁRIO.

Conforme acima exposto, diante da crise sem precedentes instalada em decorrência da pandemia da COVID-19, somado ao endividamento bancário vivenciado, os Requerentes preenchem satisfatoriamente os requisitos legais para requerer

Recuperação Judicial, elencado no artigo 48 da Lei nº 11.101/2005, o que se comprova através dos documentos ora anexados.

Veja que, através do presente pedido de Recuperação Judicial pretendem os Requerentes assegurar a própria sobrevivência da atividade empresarial exercida com, com a superação da crise econômico-financeira de forma sustentável, permitindo, assim, a manutenção da fonte produtora, dos empregos e dos interesses dos credores com os quais pretendem se compor.

A própria LREF estipula em seu artigo 52, inciso III que, uma vez atendida a exigência relacionada a apresentação da documentação, o Juiz deferirá o processamento da recuperação e ordenará a suspensão de todas as ações e execuções ajuizadas em desfavor do devedor nos termos do artigo 6 da lei supracitada.

Conforme exposto anteriormente, o artigo 6º, inciso II, incluído pela Lei nº 14.112/2020, incluiu aos sócios das pessoas jurídicas que integram a Recuperação Judicial o benefício de terem para si suspensas qualquer execução.

Diante disso, não se pode permitir que as execuções individuais prossigam, nem em face das empresas Requerentes, nem em face do sócio solidário do empresário individual, pois violaria diretamente a universalidade do juízo recuperacional.

Ao tratar do assunto, os Nobres Doutrinadores Maria Rita Rebello Pinho Dias e Fernando Antônio Maia da Cunha entenderam⁴:

*“Conforme se verá, nos comentários ao artigo 81, **estende-se ao sócio solidário os efeitos da falência, comprometendo o seu patrimônio pessoal também à quitação das obrigações da falida, sendo, por esse***

⁴ CUNHA, Fernando Antonio da; DIAS, Maria Rita Rebello Pinho. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência: Lei n. 11.101. de 09 de fevereiro de 2005. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022. – página 121 e seguintes.

motivo, que se suspendem as execuções de seus credores particulares, para evitar prejuízo ao concurso de credores.

(...)

Não se pode confundir a situação do sócio solidário com o devedor solidário ou coobrigados pelo débito do devedor, para a qual não há extensão dos efeitos do artigo 6º.”

Diante de tais premissas, inegável a necessidade de suspensão das ações e execuções também em face do sócio solidário do empresário individual há mais de 02 (dois) anos, sob pena de frustrar as modalidades do instituto.

Dessa forma, evidente a probabilidade do direito aventado, pretendendo os Requerentes assegurar justamente a preservação da atividade empresarial, sua função social e todos os benefícios econômicos e sociais dela decorrentes, impulsionando, assim, o desenvolvimento do mercado nacional.

Assim, conforme destaca a doutrina, não há razão lógica para aguardar o desfecho do processo, quando diante de direito inequívoco:

“Se o fato constitutivo é incontroverso não há racionalidade em obrigar o autor a esperar o tempo necessário à produção da prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos, uma vez que o autor já se desincumbiu do ônus da prova e a demora inerente à prova dos fatos cuja prova incumbe ao réu certamente o beneficia⁵.”

Ademais, evidente o perigo de dano e risco ao resultado útil do processo, uma vez que, permitir a adoção irrestrita de atos de execução em face dos Requerentes

⁵ MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela de Urgência e Tutela de Evidência. Editora RT, 2017, p. 284

durante o período de negociação com os credores, implicaria verdadeira violação aos princípios consagrados no artigo 47 da Lei nº 11.101/2005.

A assertiva não é gratuita, haja vista que ataques unilaterais de credores com maior poder econômico acabaria por inviabilizar a um só tempo o pagamento dos créditos detidos por pessoas naturais e jurídicas de maior vulnerabilidade econômica e social, como microempreendedores e empresas de pequeno porte (Classe IV).

Ainda, a própria atividade empresarial exercida seria diretamente afetada, tendo em vista que a busca desenfreada para satisfação unilateral de determinados créditos impediria também a satisfação das obrigações inerentes à rotina da empresa, como fornecedores, empregados e créditos fiscais, incorrendo injustamente na falência da Requerente.

Evidentes que tais circunstâncias conferem grave risco ao perecimento do resultado útil do processo, conforme leciona Nelson Nery Junior:

“Periculum in mora. Caracterização: “Periculum in mora” é dado do mundo empírico, capaz de ensejar um prejuízo, o qual poderá ter, inclusive, conotação econômica, mas deverá sê-lo, antes de tudo e sobretudo, eminentemente jurídico, no sentido de ser algo atual, real, capaz de afetar o sucesso e a eficácia do processo principal, bem como o equilíbrio das partes litigantes” (Justiça Federal – Seção Judiciária do Espírito Santo, Proc. Nº 93-0001152-9, Juiz Macário Judice Neto, j. 12 de maio de 1993)

Diante de tais circunstâncias, é inegável a probabilidade do direito aventado, bem como a existência de fundado perigo de dano irreparável, sendo imprescindível o deferimento do processamento do presente pedido de Recuperação Judicial para que



seja determinada a suspensão dos atos de execução contra os Requerentes pelo prazo de 60 dias, na forma da Lei.

VII – DO PARCELAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS.

Conforme se depreende dos autos, o valor atribuído à causa perfaz o importe de R\$ 16.329.509,23 (dezesesseis milhões, trezentos e vinte e nove mil, quinhentos e nove reais e vinte e três centavos), sendo este o valor da somatória da dívida incluída na Relação de Credores anexa.

Nesse sentido, nos termos da nova Lei de Custas, já com as alterações trazidas pela Lei 17.785/2023, a guia de custas iniciais perfaz o importe de 1% (um por cento) sobre o valor da causa no momento da distribuição, devendo ser observado o valor máximo de R\$ 3.000,00 (três mil) UFESPs – Unidades Fiscais do Estado de São Paulo, onde, para o exercício de 2024, o valor da UFESP é de R\$ 35,36.

Dessa forma, o valor das custas iniciais do presente processo perfaz a monta total de R\$ 106.080 (cento e seis mil e oitenta reais).

Contudo, evidente a condição excepcional que comprova a impossibilidade de arcar com a integralidade das custas processuais neste momento, haja vista o ajuizamento do presente pedido de Recuperação Judicial, que por si só demonstra a crise econômico-financeira vivenciada pelos Requerentes.

Dessa forma, sendo o acesso à justiça direito fundamental constitucional que não pode ser obstado à parte em razão de sua hipossuficiência financeira para arcar com as custas processuais, requer a autorização para parcelamento das custas processuais em 05 (cinco) parcelas mensais e consecutivas e, para tanto, a título de máxima boa-fé,



requer a juntada da guia e do respectivo comprovante de pagamento da primeira parcela.

VIII – DOS REQUERIMENTOS.

Diante de todo o exposto, presentes os requisitos legais, pugnam pelo processamento de sua Recuperação Judicial, na forma do artigo 52 da Lei 11.101/2005, e, como consequência:

- a) Seja deferido o parcelamento das custas processuais iniciais em 05 (cinco) prestações mensais e consecutivas;
- b) seja nomeado o administrador judicial, que deverá ser intimado pessoalmente para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, assinar termo de compromisso e apresentar proposta de remuneração para posterior manifestação pelos Requerentes e fixação de valor e forma de pagamento por este MM. Juízo, nos termos dos arts. 21, 22, 24, 33 e 52, inciso I, da Lei 11.101/2005;
- c) seja determinada a dispensa da apresentação de certidões negativas para os Requerentes exercerem suas atividades empresariais, nos termos do art. 52, inciso II, da Lei 11.101/2005;
- d) seja ordenada a suspensão de todas as ações ou execuções contra as Requerentes **bem como reconhecida a impossibilidade de venda ou retirada de seu estabelecimento dos bens essenciais às suas atividades**, nos termos dos arts. 6º, 49, § 3º, e 52, inciso III e § 3º, da Lei 11.101/2005 e do art. 219 do CPC;



R I C A R D O S I Q U E I R A
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

- e) a suspensão das ações e execuções também em face do sócio solidário, Maurício Quagliato (empresário individual), já que responde com seu patrimônio pessoal, nos termos do artigo 6º, inciso II, incluído com a Lei 14.112/2020;
- f) seja determinada a apresentação de contas demonstrativas mensais pelos Requerentes enquanto perdurar a recuperação judicial, nos termos do art. 52, inciso IV, da Lei 11.101/2005, em incidente a ser processado em autos apartados;
- g) seja ordenada a intimação do representante do Ministério Público e a comunicação às Fazendas Públicas Federal e dos Estados e Municípios que as Requerentes têm estabelecimento, nos termos do art. 52, inciso V, da Lei 11.101/2005;
- h) seja ordenada a expedição de edital na forma do § 1º e incisos do art. 52 da Lei 11.101/2005 para publicação no órgão oficial e autorizada a sua publicação resumida em jornal de grande circulação bem como a sua divulgação no site das Requerentes;
- i) seja determinado ao Distribuidor que não receba as habilitações ou divergências aos créditos relacionados pelas Requerentes e publicados no edital do item anterior, as quais devem ser apresentadas diretamente ao administrador judicial, nos termos do art. 7º, § 1º, da Lei 11.101/2005;
- j) seja determinada a apresentação de plano de recuperação judicial pelos Requerentes, no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos dos arts. 50, 53 e 54 da Lei 11.101/2005 e do art. 219 do CPC;

RUA MARIA DA CONCEIÇÃO FRANCO DE ANDRADE, 480
CEP 13092-190 - CAMPINAS / SP
TEL +55-19-3308-0222
CONTATO@RSSA.COM.BR
WWW.RSSA.COM.BR



R I C A R D O S I Q U E I R A
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

- k) seja comunicado o deferimento do processamento da recuperação judicial aos juízos onde tramitam as ações contra os Requerentes, para que acatem a suspensão legal e ordenem o levantamento dos atos de constrição realizados;
- l) seja determinada a anotação da recuperação judicial pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, nos termos do parágrafo único do art. 69 da Lei 11.101/2005;
- m) seja processado o presente feito em segredo de justiça até que seja proferida decisão pela autuação de documentos de natureza fiscal em apartado.
- n) seja determinada a expedição de ofício às instituições bancárias onde os Requerentes detém contas para que não procedam qualquer desconto de valores de dívidas existentes nessa data, incurso da evidente sujeição ao procedimento.

Pleiteiam-se que as cópias juntadas aos autos façam a mesma prova que os originais, já que declaradas autênticas pelos patronos dos Requerentes, nos termos do art. 425 do CPC.

Protestam pela produção de todas as provas que se façam necessárias a mostrar a verdade dos fatos alegados.

Atribui-se a causa o valor de R\$ 16.329.509,23 (dezesseis milhões, trezentos e vinte e nove mil, quinhentos e nove reais e vinte e três centavos).

Requer sejam as intimações relativas ao presente feito realizadas em nome do advogado RICARDO AMARAL SIQUEIRA (OAB/SP 254.579), com escritório na Rua dos

RUA MARIA DA CONCEIÇÃO FRANCO DE ANDRADE, 480
CEP 13092-190 - CAMPINAS / SP
TEL +55-19-3308-0222
CONTATO@RSSA.COM.BR
WWW.RSSA.COM.BR



R I C A R D O S I Q U E I R A
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Alecrins, 914, 16º Andar, Campinas / SP, sob pena de nulidade, nos termos do art. 272, § 5º, do CPC.

Termos em que,
Pede deferimento
Campinas, 23 de janeiro de 2024.

RICARDO AMARAL SIQUEIRA

OAB/SP – 254.579

CAROLINE KÜHL D'ALMEIDA FERREIRA

OAB/SP – 444.415

RUA MARIA DA CONCEIÇÃO FRANCO DE ANDRADE, 480
CEP 13092-190 - CAMPINAS / SP
TEL +55-19-3308-0222
CONTATO@RSSA.COM.BR
WWW.RSSA.COM.BR